



**PC-PE**  
*Escrivão de Polícia*

## **LÍNGUA PORTUGUESA**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	33

## **INFORMÁTICA**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	15

## **RACIOCÍNIO LÓGICO**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	17

## **ESTATÍSTICA**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	14

## **NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	13

## **LEGISLAÇÃO ESTADUAL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	7

## **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	20

# SUMÁRIO



## **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	21

## **NOÇÕES DE DIREITO PENAL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	19

## **NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	19

# SUMÁRIO



### 1. CEBRASPE (CESPE) - Of (PM SC)/PM SC/2023

ASSUNTO: LÍNGUA PORTUGUESA (Português) - Adjetivo

#### Texto 1A9-I

A situação carcerária é uma das questões mais complexas da realidade social brasileira. O retrato das prisões no Brasil desafia o sistema de justiça penal, a política criminal e a política de segurança pública. O equacionamento de seus problemas exige, necessariamente, o envolvimento dos três Poderes da República, em todos os níveis da Federação, além de se relacionar diretamente com o que a sociedade espera do Estado como agente de pacificação social.

Diante dessa complexidade, parece acertado descartar qualquer solução que se apresente como uma panaceia, seja no âmbito legislativo, seja no administrativo, seja no judicial. No entanto, isso não significa que nada possa ser feito. Ao contrário, a magnitude do problema exige que os operadores jurídicos, os gestores públicos e os legisladores intensifiquem seus esforços na busca conjunta de soluções e estratégias inteligentes, e não reducionistas, aptas a nos conduzir à construção de horizontes mais alentadores.

Os problemas do sistema penitenciário que se concretizam em nosso país devem nos conduzir a profundas reflexões, sobretudo em uma conjuntura em que o perfil das pessoas presas é majoritariamente de jovens negros, de baixa escolaridade e de baixa renda. Além da necessidade de construção de vagas para o sistema prisional, é preciso analisar a “qualidade” das prisões efetuadas e o perfil das pessoas que têm sido encarceradas, para que seja possível problematizar a “porta de entrada” e as práticas de gestão dos serviços penais, desde a baixa aplicação de medidas cautelares e de alternativas penais até a organização das diversas rotinas do cotidiano das unidades prisionais.

A necessária busca por alternativas penais tão ou mais eficazes que o encarceramento é um desafio de alta complexidade que depende de estreita articulação entre os órgãos do sistema de justiça criminal. Nesse sentido, têm sido extremamente interessantes os resultados da implantação das audiências de custódia, objeto de acordo de cooperação entre o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça, que consistem na garantia da rápida apresentação da pessoa presa a um juiz no caso de prisão em flagrante. Na audiência, são ouvidas as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado da pessoa presa. Além de analisar a legalidade e a necessidade da prisão, o juiz pode verificar eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos.

A humanização das condições carcerárias depende da promoção de um modelo intersetorial de políticas públicas de saúde, de educação, de trabalho, de cultura, de esporte, de assistência social e de acesso à justiça. Para que esses serviços alcancem as pessoas que se encontram nos presídios brasileiros, as políticas devem ser implementadas pelos gestores estaduais especializados nas diferentes temáticas sociais governamentais. Já se sabe que é inadequado o modelo de “instituição total”, que desafia unicamente o gestor prisional a improvisar arranjos de serviços para o ambiente intramuros, de forma frágil e desconectada das políticas sociais do Estado. Esse passo parece ser decisivo para reconhecermos, de fato, a pessoa privada de liberdade e o egresso como sujeitos de direitos.

*Tatiana W. de Moura e Natália C. T. Ribeiro. Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN). Ministério da Justiça, 2014 (com adaptações).*

No final do penúltimo período do quarto parágrafo do texto 1A9-I, o vocábulo “presa” é empregado como (A) substantivo.

(B) verbo.

(C) advérbio de modo.

(D) advérbio de lugar.

(E) adjetivo.



1. CEBRASPE - Sold (CBM TO)/CBM TO/2023

ASSUNTO: INFORMÁTICA - Windows 10

Um usuário do Windows 10 recebeu aviso de que seu computador estava com pouco espaço livre para armazenamento e, conseqüentemente, não seria possível instalar atualizações importantes do Windows. Para resolver o problema, o usuário acessou a ferramenta Limpeza de Disco, nativa do Windows 10.

Nessa situação hipotética, a referida ferramenta permitirá

- (A) eliminar arquivos temporários e arquivos do sistema.
- (B) eliminar arquivos temporários da Internet e miniaturas, contudo não será possível eliminar arquivos de programas baixados.
- (C) compactar todos os arquivos da pasta Meus Documentos e eliminar os arquivos da Lixeira.
- (D) mover os arquivos da pasta Meus Documentos para o drive externo ou para o diretório correspondente no armazenamento em nuvem pessoal no OneDrive.

2. CEBRASPE - ANAADM (AGER MT)/AGER MT/ADMINISTRAÇÃO/2023

ASSUNTO: INFORMÁTICA - WINDOWS 10

No Windows 10, a ferramenta que exibe uma lista contendo os componentes de hardware conectados ao computador, os quais estão agrupados em categorias, recebe o nome de

- (A) Windows Update.
- (B) Windows Defender.
- (C) Gerenciador de tarefas.
- (D) Gerenciador de dispositivos.
- (E) Configurações de privacidade.

3. CEBRASPE - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

ASSUNTO: INFORMÁTICA - WINDOWS 10

Em um computador com sistema operacional Windows, um documento baixado da Internet será salvo, por padrão, na pasta chamada

- (A) Documentos.
- (B) Downloads.
- (C) Área de Trabalho.
- (D) Imagens.

4. CEBRASPE - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

ASSUNTO: INFORMÁTICA - WINDOWS 10

Assinale a opção que indica um sistema operacional utilizado em computadores domésticos.

- (A) Microsoft Office 365



## Raciocínio Lógico

### 1. CEBRASPE - Aux (Pref Joinville)/Pref Joinville/Educador/2022

ASSUNTO: MATEMÁTICA - Frações e Dízimas Periódicas

A fração geratriz da dízima periódica  $0,1338338338\dots$  é dada por

(A)  $x = \frac{11327}{9990}$ .

(B)  $x = \frac{11327}{999}$ .

(C)  $x = \frac{1337}{999}$ .

(D)  $x = \frac{10327}{9990}$ .

(E)  $x = \frac{11027}{999}$ .

### 2. CEBRASPE - AUX (PREF JOINVILLE)/PREF JOINVILLE/EDUCADOR/2022

ASSUNTO: MATEMÁTICA - Frações e Dízimas Periódicas

Foi reservada, na lei orçamentária do estado de Santa Catarina, uma verba para aumento dos servidores do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. O Poder Executivo receberá a parte que corresponde a  $\frac{5}{12}$  do total reservado, enquanto ao Poder Legislativo caberá o montante de  $\frac{1}{5}$  de toda a verba reservada para o Poder Executivo. Para o Poder Judiciário a parte reservada no orçamento é metade da soma do total reservado para os Poderes Executivo e Legislativo acrescida de 210 milhões de reais.

Nessa situação hipotética, o recurso reservado para os Poderes Legislativo e Judiciário será de

(A) 70 milhões de reais.

(B) 350 milhões de reais.

(C) 420 milhões de reais.

(D) 770 milhões de reais.

(E) 490 milhões de reais.

### 3. CEBRASPE - TJ (TJ CE)/TJ CE/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

ASSUNTO: MATEMÁTICA - Análise Combinatória (Princípio Fundamental da Contagem, Arranjos, Combinações, Permutações)

Considerando-se que, em uma estante, há 3 livros de direito constitucional, 2 livros de direito tributário e 3 livros de direito trabalhista, é correto afirmar que o número de maneiras distintas de se organizarem os livros na estante de modo que os livros de direito constitucional fiquem sempre juntos é igual a

(A) 18.

(B) 72.

(C) 720.

(D) 40.320.

(E) 4.320.



## Estatística

### 1. CEBRASPE - ADP (DPE RO)/DPE RO/Administração/2022

ASSUNTO: ESTATÍSTICA - Tipos de Variáveis. Medidas Estatísticas Relacionadas a Cada Tipo de Variável.

variável	valores
estado civil	casado, solteiro, divorciado
quantidade de filhos	0, 1, 2, 3...
salário	6.510,25; 7.915,68
idade	22, 23, 27

Com relação às variáveis apresentadas na tabela anterior, julgue os itens a seguir.

I. A variável estado civil é qualitativa nominal.

II. A variável quantidade de filhos é quantitativa discreta.

III. As variáveis salário e estado civil são quantitativas discretas.

IV. As variáveis idade e quantidade de filhos são qualitativas nominais.

Estão **certos** apenas os itens

(A) I e II.

(B) II e III.

(C) III e IV.

(D) I, II e IV.

(E) I, III e IV.

### 2. CEBRASPE - ADP (DPE RO)/DPE RO/ADMINISTRAÇÃO/2022

ASSUNTO: ESTATÍSTICA - Tipos de Variáveis. Medidas Estatísticas Relacionadas a Cada Tipo de Variável.

O valor de um atributo de um dado objeto é uma medida da quantidade daquele atributo, a qual pode ser numérica ou categórica.

Nesse caso, estado civil e sexo são classificados como atributo

(A) binário.

(B) nominal.

(C) ordinal.

(D) ausente.

(E) razão.

### 3. CEBRASPE - PROF (JOINVILLE)/PREF JOINVILLE/MATEMÁTICA/2022

ASSUNTO: ESTATÍSTICA - Média para Dados não Agrupados

Em cada um dos cinco primeiros dias do mês, um representante comercial visitou, respectivamente, 21, 24, 27, 30 e 33 clientes. Entretanto, a meta mínima de visitas diárias estabelecidas pela empresa é igual a 40 clientes ao dia. Sabendo disso o representante passou a visitar, a partir do sexto dia, 45 clientes ao dia. Dessa forma, a média diária tornou-se igual à meta mínima estabelecida pela empresa no

(A) décimo terceiro dia do mês.

(B) oitavo dia do mês.

(C) décimo oitavo dia do mês.



1. CEBRASPE - Tec Adm (COREN CE)/COREN CE/2021

ASSUNTO: ARQUIVOLOGIA - Definição e Classificação dos Arquivos

Em uma instituição, pode haver documentos de arquivo, documentos de biblioteca e, em alguns casos, documentos de museu. Nesse contexto, os documentos de arquivo caracterizam-se por serem

- (A) resultado das atividades da instituição.
- (B) produzidos em numerosos exemplares.
- (C) conservados com objetivos estritamente culturais.
- (D) objetos de coleção de fontes diversas.

2. CEBRASPE - TEC MIN (MPE AP)/MPE AP/AUXILIAR ADMINISTRATIVO/2021

ASSUNTO: ARQUIVOLOGIA - Definição e Classificação dos Documentos

Recomenda-se, de forma majoritária, que a classificação de documentos de arquivo seja baseada fundamentalmente

- (A) na estrutura orgânica da instituição.
- (B) no assunto dos documentos.
- (C) na espécie documental.
- (D) na função organizacional.
- (E) na tipologia documental.

3. CEBRASPE - AFDA (ADAPAR)/ADAPAR/TÉCNICO DE MANEJO E MEIO AMBIENTE/2021

ASSUNTO: ARQUIVOLOGIA - Definição e Classificação dos Documentos

A identificação do gênero documental é fundamental para o acondicionamento e armazenamento adequados dos documentos de arquivo. O gênero de documentos a que pertencem perfis e plantas é o

- (A) iconográfico.
- (B) cartográfico.
- (C) informático.
- (D) textual.
- (E) micrográfico.

4. CEBRASPE - TDP (DPE RO)/DPE RO/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

ASSUNTO: ARQUIVOLOGIA - Princípios e Teorias de Arquivologia

A unidade de base da arquivística é conhecida como

- (A) princípio da proveniência.
- (B) fundo de arquivo.
- (C) arranjo.
- (D) classificação.
- (E) dado.



1. CEBRASPE - PPE (SERES PE)/SERES PE/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Disposições Preliminares (arts. 1º a 9º da Lei nº 6.123/1968)

O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos servidores públicos ocupantes do cargo de agente de segurança penitenciária do estado de Pernambuco é regido por princípios e diretrizes. Conforme a Lei Complementar Estadual n.º 150/2009, o que prevê a garantia de revisão do PCCV, para sua adequação às novas necessidades, é a

- (A) equidade.
- (B) flexibilidade.
- (C) universalidade.
- (D) participação na gestão.
- (E) equivalência de cargos.

2. CEBRASPE - PPE (SERES PE)/SERES PE/2022

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Do Provimento (arts. 10 a 80 da Lei nº 6.123/1968)

Suponha que, por decisão administrativa, a demissão de determinado funcionário público civil do estado de Pernambuco tenha sido considerada ilegal. Nessa situação, o funcionário deverá ser

- (A) reintegrado, sem o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (B) reintegrado, com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (C) revertido, sem o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (D) revertido, com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (E) aproveitado, sem o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.

3. CEBRASPE - DEL POL (PC PE)/PC PE/2016

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Do Regime Disciplinar (arts. 190 a 213 da Lei nº 6.123/1968)

De acordo com as disposições da Lei n.º 6.123/1968 — que institui o regime jurídico dos funcionários públicos civis do estado de Pernambuco —, a ofensa física a outro servidor durante o expediente enseja a penalidade de

- (A) advertência.
- (B) demissão.
- (C) repreensão.
- (D) multa, caso seja conveniente para o serviço.
- (E) suspensão.

4. CEBRASPE - ANA (SAD PE)/SAD PE/CONTROLE INTERNO/FINANÇAS PÚBLICAS/2010

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 190 A 213 DA LEI Nº 6.123/1968)

Consoante o regime disciplinar estabelecido na Lei Estadual n.º 6.123/1968, denominada Estatuto do Funcionário Público do Estado de Pernambuco, assinale a opção **correta**.

- (A) A pena de repreensão é aplicada por meio de uma advertência verbal, nos casos de descumprimento ou falta do cumprimento do dever.
- (B) É vedado ao funcionário público criticar autoridades ou atos administrativos do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, ainda que em trabalho assinado.
- (C) Não é cabível a aplicação da pena de demissão por reincidência em falta que tenha gerado punição





1. CEBRASPE - PFN (PGFN)/PGFN/2023

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

A respeito de emendas constitucionais, do preâmbulo da CF e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), assinale a opção **correta** conforme a jurisprudência do STF e a doutrina constitucional.

- (A) Uma emenda constitucional pode ingressar na ordem constitucional brasileira mesmo que não altere, expressa e textualmente, o preâmbulo, o corpo permanente ou o ADCT da CF.
- (B) O preâmbulo da CF e o ADCT possuem a mesma força jurídica, podem criar direitos e obrigações e constituem parâmetro para o controle de constitucionalidade, motivo pelo qual devem ser reproduzidos nas constituições estaduais.
- (C) A invocatio Dei no preâmbulo da CF não é norma de reprodução obrigatória nas constituições estaduais e nas leis orgânicas do DF e dos municípios, na medida em que enfraquece a laicidade do Estado brasileiro.
- (D) Todas as Constituições Federais, de 1824 a 1988, tiveram preâmbulo e apresentaram ADCT como ato destacado do restante do corpo do texto constitucional.
- (E) Um preâmbulo destina-se, sobretudo, a auxiliar na transição de uma ordem jurídica para outra, motivo pelo qual não se encontram no preâmbulo da CF disposições com efeitos instantâneos e definitivos, com efeitos diferidos ou com efeitos permanentes.

2. CEBRASPE - PROC MUN (PGM SP)/PREF SP/2023

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

Quanto ao conceito, à classificação e à interpretação das normas constitucionais, assinale a opção **correta**.

- (A) Uma norma materialmente constitucional pode ser não escrita.
- (B) O fato de uma norma constitucional atribuir certo poder geral a um órgão não pressupõe que ela haja atribuído outros poderes necessários à realização daquele.
- (C) As normas constitucionais caracterizam-se por não terem exequibilidade imediata.
- (D) Na interpretação das normas constitucionais originárias, deve-se considerar a hierarquia entre as normas materialmente constitucionais e as formalmente constitucionais.
- (E) O intérprete da Constituição deve privilegiar o método gramatical ou literal, a fim de evitar interpretações contraditórias do texto constitucional.

3. CEBRASPE - PJ (MPE TO)/MPE TO/2022

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

Quanto à sua origem, as constituições podem ser

- (A) escritas ou não escritas.
- (B) históricas ou dogmáticas.
- (C) rígidas ou flexíveis.
- (D) promulgadas ou outorgadas.
- (E) ortodoxas ou ecléticas.

4. CEBRASPE - SUB PROC (MPCM PA)/TCM PA/2022

ASSUNTO: DIREITO CONSTITUCIONAL - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

Assinale a opção **correta**, acerca das concepções do conceito de Constituição.



### 1. CEBRASPE - Tec Adm (AGER MT)/AGER MT/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Atos Administrativos: Espécies, Classificação, Fases de Constituição

Julgue os itens a seguir, considerando a classificação dos atos administrativos.

**I** Na prática dos atos ditos discricionários, a administração pública goza de certa margem de liberdade para decidir, nos termos e limites da lei.

**II** Os atos classificados como gerais são os que possuem destinatários determinados.

**III** Classifica-se como constitutivo o ato que atesta a existência de fato ou situação jurídica anterior a ele.

**IV** Classificam-se como vinculados os atos que, em razão da prévia e objetiva tipificação legal do único e possível comportamento diante de hipótese prefigurada em termos objetivos, restringem a liberdade da administração pública.

Assinale a opção **correta**.

(A) Apenas o item **II** está certo.

(B) Apenas o item **III** está certo.

(C) Apenas os itens **I** e **III** estão certos.

(D) Apenas os itens **I** e **IV** estão certos.

(E) Apenas os itens **II** e **IV** estão certos.

### 2. CEBRASPE - INSP REG (AGER MT)/AGER MT/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Atos Administrativos: Espécies, Classificação, Fases de Constituição

Atos administrativos ordinatórios são aqueles editados

(A) como comandos gerais abstratos e destinados a regulamentar o conteúdo emanado da lei.

(B) com a finalidade de registrar o consentimento da administração pública para com o interesse de particulares.

(C) para restringir direitos ou aplicar sanções a particulares que atuem em desacordo com a ordem jurídica.

(D) com o objetivo de disciplinar as relações internas da administração pública, no exercício do poder hierárquico.

(E) como expressão da opinião de agentes públicos ou com o fim de certificar fatos de interesse da administração.

### 3. CEBRASPE - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Atos Administrativos: Espécies, Classificação, Fases de Constituição

Abadia e Alex pretendiam se casar no dia da festa da padroeira da cidade onde residem. O município o pedido de autorização, entretanto, negou seu pedido para a interdição de um canto da praia durante o dia para realização da celebração e festa do casamento, sob a alegação de que a cidade estaria em festa em comemoração à padroeira.

Nessa situação hipotética, o ato praticado pelo município classifica-se como ato

(A) de autoridade, decorrente do fato de a administração pública ter como atividade limitar as liberdades individuais em prol da coletividade e interferir na dimensão dos direitos do indivíduo em particular.

(B) de expediente, pois a permissão para a utilização do espaço público prejudicaria o andamento da rotina administrativa da prefeitura em razão da festa da padroeira realizada no mesmo dia.



1. CEBRASPE - NeR (TJ SC)/TJ SC/Remoção/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

No que concerne à função das penas, são teorias relativas as doutrinas

- (A) utilitaristas, que consideram e justificam a pena enquanto meio para a realização do fim utilitário da prevenção de futuros delitos.
- (B) que concebem a pena como um castigo.
- (C) que concebem a pena como retribuição do crime, justificada por seu intrínseco valor axiológico, vale dizer, não um meio, e tampouco um custo, mas, sim, um dever ser metajurídico que possui em si seu próprio fundamento.
- (D) que concebem a pena como um fim em si própria.
- (E) que, segundo Sêneca, são quia peccatum, ou seja, dizem respeito ao passado.

2. CEBRASPE - PJ (MPE BA)/MPE BA/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Princípios da Legalidade e Anterioridade Penal e Demais Princípios Decorrentes (art. 1º do CP)

No que concerne ao princípio da legalidade em matéria penal, assinale a opção **correta**.

- (A) O princípio da legalidade, em sua faceta política, cumpre uma função constitutiva em relação às penas ilegais e uma função de garantia em relação às penas legais.
- (B) De acordo com o princípio da reserva legal, um dos consectários do princípio da legalidade em sentido lato, é proibida a incriminação vaga ou indeterminada por tipos que não sejam claros ou precisos.
- (C) A aplicação da pena não observa o princípio da legalidade, mas o da discricionariedade judicial.
- (D) A norma penal em branco invertida é admissível, desde que homogênea.
- (E) Não há normas penais em branco no Código Penal, estando elas presentes apenas na legislação penal extravagante.

3. CEBRASPE - PROC MUN (PGM NATAL)/PREF NATAL/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Lei Penal (Conceito, Classificação, Características, Interpretação)

São formas de interpretação da lei penal quanto ao sujeito

- (A) a histórica e a sistemática.
- (B) a legislativa e a jurisprudencial.
- (C) a sistemática e a declaratória.
- (D) a restritiva e a extensiva.
- (E) a declaratória e a analógica.

4. CEBRASPE - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Conflitos de Leis Penais no Tempo (arts. 1º e 2º do CP)

A sucessão de leis penais no tempo pode gerar

- (A) abolitio criminis.
- (B) extraterritorialidade.
- (C) retroatividade em prejuízo do réu.
- (D) aplicação simultânea da lei anterior e da lei posterior, ainda que em prejuízo do réu.



## Noções de Direito Processual Penal

### 1. CEBRASPE - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Lei Processual Penal no Tempo, no Espaço e em Relação às Pessoas

No que se refere à norma processual penal e sua aplicação, assinale a opção **correta**.

- (A) Os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior precisam ser renovados.
- (B) A lei processual penal admite tanto a aplicação analógica quanto a interpretação extensiva.
- (C) A lei processual penal, quanto à sua eficácia temporal, não terá aplicação imediata, salvo em benefício do réu.
- (D) O princípio da nacionalidade, como regra geral, é utilizado para a aplicação da lei processual penal no espaço.
- (E) A revogação total de uma lei processual penal é chamada de derrogação.

### 2. CEBRASPE - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Lei Processual Penal no Tempo, no Espaço e em Relação às Pessoas

No que se refere à aplicação da lei processual penal no tempo, assinale a opção **correta**.

- (A) Nova lei processual penal, mesmo que favorável ao agente de crime, é aplicável aos fatos anteriores a ela, ainda que já haja decisão a respeito desses fatos em sentença condenatória transitada em julgado.
- (B) Nova lei processual penal tem aplicação imediata em processos que já estejam em andamento.
- (C) A lei processual penal não admite interpretação extensiva nem aplicação analógica, por força do princípio da legalidade.
- (D) Nova lei processual penal tem aplicação imediata, o que impõe a necessidade de renovação dos atos praticados de acordo com a lei anterior, para que estejam em conformidade com a nova legislação.
- (E) A lei processual penal será aplicada exclusivamente aos processos iniciados durante sua vigência.

### 3. CEBRASPE - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 do CPP)

Relativamente ao inquérito policial, assinale a opção **correta**.

- (A) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- (B) É vedada a requisição de diligências pelo indiciado em inquérito policial, por ser providência a cargo exclusivo dos órgãos de persecução penal.
- (C) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- (D) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícia.

### 4. CEBRASPE - NER (TJ SC)/TJ SC/REMOÇÃO/2023

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

O prazo para conclusão do inquérito policial, quando o indivíduo tiver sido preso em flagrante pela prática de furto simples, mas lhe for concedida a liberdade provisória na audiência de custódia, é de

- (A) 5 dias improrrogáveis.